

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Gasômetro da Usiminas explode e deixa 34 feridos	1
Título: Pasadena: área técnica da CVM pede condenação de Dilma	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Explosão em unidade da Usiminas deixa feridos em Ipatinga	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Explosão em tanque da Usiminas deixa 34 feridos	6
Título: Aneel nega ressarcir R\$ 5 bi à Eletrobrás	7
Título: CVM pede condenação de Dilma por compra de Pasadena	8
Título: O desafio é eleger o consumidor	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Explosão deixa feridos em Minas	11
Título: Polêmica na cobrança de ICMS	13

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasômetro da Usiminas explode e deixa 34 feridos

Incidente ocorreu em Ipatinga, no interior de Minas Gerais. Como medida de precaução, companhia paralisou os três altos-fornos da usina. Estrondo foi sentido em vários bairros da cidade. As ações da siderúrgica caíram 7,27%

Um gasômetro da siderúrgica Usiminas, em Ipatinga, no interior de Minas Gerais, explodiu no início da tarde de ontem, deixando 34 pessoas feridas, segundo o Corpo de Bombeiros. Por causa do acidente, a unidade foi evacuada, e a canalização de gás da indústria, fechada, para impedir a ocorrência de vazamento nas instalações e na região.

O Corpo de Bombeiros informou que uma pessoa sofreu um corte no rosto, causado por um estilhaço da explosão, e as outras 29 tiveram tontura ou mal súbito decorrente da situação de pânico ou inalação de gás. Todas as vítimas prestavam serviço ou eram funcionárias da Usiminas. — Não houve chamas, houve vítimas não fatais, que foram levadas ao hospital Marcio Cunha pelos brigadistas da usina — afirmou o major Nunes, comandante do 11º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Ipatinga.

Os prédios da Câmara dos Vereadores e da prefeitura, que ficam próximos à usina, também foram esvaziados. Por meio de nota, a Câmara informou que a estrutura do prédio sofreu vários danos, vidros quebraram e parte do forro se desprendeu em algumas salas. Como medida de precaução, a companhia decidiu paralisar, de forma emergencial e temporária, os três altos-fornos da usina. Não há previsão de quanto tempo a produção ficará interrompida, mas a empresa tem um seguro que cobre até US\$ 600 milhões em perdas de lucro causadas por esse tipo de acidente.

"JANELAS TREMERAM"

A unidade de Ipatinga tem aproximadamente seis mil funcionários, quase metade do total de 13 mil da companhia. Segundo os bombeiros, o que favoreceu a menor gravidade do incidente foi a usina estar em horário de almoço no momento da explosão. Moradores relataram que o estrondo foi sentido em vários bairros da cidade. — As portas e janelas tremeram, pareciam que iam cair. Ficou todo mundo assustado — contou Tauany Martins, moradora de Bela Vista, bairro próximo à Usiminas.

A Usiminas afirmou que está fazendo o monitoramento de gases nos bairros do entorno da usina e, até o início da noite, nenhuma anormalidade havia sido registrada. O prefeito da cidade, Nardyello Rocha, procurou tranquilizar a população: "É triste, foi uma explosão grande. Posso garantir à população de Ipatinga que não existe proliferação de gás", disse ele, mostrando um aparelho de medição de gás numa live em sua página no Facebook. Em fato relevante, a Usiminas informou que apura as causas e consequências da explosão.

As negociações com ações preferenciais das empresas ficaram suspensas cerca de meia hora na Bolsa de Valores, após a notícia do acidente, e fecharam em queda de 7,27% cotadas a R\$ 7,91. Chegaram a cair 11% durante a tarde. A explosão do gasômetro ocorreu dois dias após a morte de um funcionário terceirizado. A empresa confirmou a informação, mas ainda apura as causas do acidente. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região, Geraldo Magela, informou que o funcionário morreu após inalar monóxido de carbono na aciaria, onde o ferro gusa é transformado em aço.

Em abril deste ano, a Usiminas retomou a produção em um de seus alto-fornos (oAF1) que estava desativado havia 34 meses pela queda de demanda por aço, devido à crise econômica. Com a volta em operação do equipamento, que foi reformado por R\$80 milhões, a usina de Ipatinga contabilizou acréscimo de duas mil toneladas à sua produção diária de ferro-gusa. Juntos, os três fornos (AFs 1, 2 e 3) somam 10.800 toneladas/dia.

Em fevereiro deste ano, os acionistas majoritários da Usiminas — os ítalo-argentinos da Ternium e os japoneses da Nippon Steel Sumitomo Corporation — anunciaram um acordo depois de quase cinco anos de brigas judiciais pelo controle da empresa, o que afetou o desempenho da companhia durante esse período. No ano passado, a Usiminas encerrou com lucro de R\$ 315 milhões.

(Glauce Cavalcanti, João Sorima Neto, Elaine Neves, Louise Queiroga, Marta Szpacenkopf, Rafael Nascimento, Rayanderson Guerra e Vitor Seta, estagiário, sob supervisão de Fábio Gusmão)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Pasadena: área técnica da CVM pede condenação de Dilma

Ex-conselheiros da Petrobras teriam agido de forma incorreta no caso

O corpo técnico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu a condenação da ex-presidente Dilma Rousseff e de outros ex-administradores da Petrobras em processo que investiga a compra da refinaria americana de Pasadena, em 2006. De acordo com inquérito ao qual O GLOBO teve acesso, Dilma e outros conselheiros são acusados de terem faltado com dever de diligência na aprovação do negócio — que, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), causou prejuízo de mais de US\$ 580 milhões à estatal.

Dilma é acusada ao lado de outros ex-administradores da Petrobras, como Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Nestor Cerveró — os três foram presos na

Lava-Jato. Também são acusados o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci; o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli; os ex-diretores da estatal Almir Barbassa (Financeiro), Guilherme Estrella (Exploração e Produção) e Ildo Sauer (Gás e Energia); e ex-conselheiros da companhia. No caso do conselho, integrado por Dilma à época, o inquérito acusa seus membros de não terem tomado "decisão informada e refletida" sobre a compra da refinaria.

Segundo a apuração, os conselheiros receberam a documentação referente ao negócio "no dia da reunião, não obstante seu regimento interno estipular o prazo mínimo de uma semana, de modo a permitir sua leitura prévia e devida preparação do conselheiro". Os conselheiros também não solicitaram, segundo a CVM, qualquer avaliação financeira do negócio, que permitiria analisar potencial sobrepreço.

Em vez disso, se apoiaram apenas em uma fairness opinion (espécie de parecer), elaborada pelo Citigroup, "somente porque esta citava que o valor encontrava-se dentro das faixas de mercado", além de um resumo executivo, uma apresentação em Power Point e um parecer jurídico.

"Caso tivessem exercido o mínimo de diligência na questão, os conselheiros deparar-se-iam com uma situação em que havia fortes indicações de que a Petrobras estaria pagando mais por menos", escreveu a área técnica da CVM.

Procurados por e-mail, as assessorias da ex-presidente Dilma Rousseff e da Petrobras e os ex-administradores Gabrielli, Guilherme Estrella e Cláudio Haddad não responderam a pedido de comentário. Almir Barbassa não quis falar sobre o assunto. O GLOBO não conseguiu contato com os outros acusados.

(Colaborou Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Explosão em unidade da Usiminas deixa feridos em Ipatinga

Estrondo em gasômetro provocou pânico em moradores, mas não deixou ninguém em estado grave, dizem bombeiros

Um gasômetro da siderúrgica Usiminas, em Ipatinga (MG), explodiu no início da tarde desta sexta-feira (10) e provocou pânico entre os moradores da cidade, que sentiram o impacto de tremores. Segundo o Corpo de Bombeiros e a empresa, a situação foi logo controlada, e o gás foi cortado para evitar vazamentos.

Os Bombeiros informaram que 34 pessoas foram encaminhadas a um hospital local — todas prestavam serviço para a Usiminas e nenhuma ficou em estado grave. Uma pessoa sofreu corte no rosto causado por um estilhaço, outra tem suspeita de intoxicação, e as demais tiveram tontura ou mal súbito pela inalação de gás ou pelo pânico.

Ainda não se sabe a causa da explosão no tanque reservatório de gás. O gasômetro continha uma mistura de gases, chamada LDG (Linz Donawitz Gás), usada na produção de aço. Também chamado de gás de aciaria, tem como principal componente o monóxido de carbono.

A Usiminas desligou os dois outros gasômetros, reservatórios que ficam a cerca de 100 metros daquele que explodiu, e a planta industrial está fechada. Por meio de aparelhos que medem gases, os bombeiros comprovaram que não havia vazamento de gás e, portanto, nem a necessidade de esvaziar bairros próximos.

A região chegou logo após a explosão em meio ao pânico de moradores, que trocavam mensagens sobre a necessidade de deixar suas casas. A fábrica fica na região central de Ipatinga, a 215 km de Belo Horizonte. A fumaça foi vista de diversos pontos da cidade.

Segundo os bombeiros, o gás presente no gasômetro se queimou na explosão e o restante foi dispersado.

Não houve incêndio decorrente da explosão. O que ocorreu, ainda segundo o Corpo de Bombeiros, é que materiais próximos ao tanque pegaram fogo devido ao aquecimento. Os focos também já foram controlados.

Há dois dias, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região, um funcionário morreu na usina de Ipatinga devido a um vazamento de gás na tubulação do gasômetro.

Luis Fernando Pereira, 38, estava em uma escada, a uma altura de oito metros, quando começou a inalar o gás.

O sindicato afirma que não houve o socorro devido por parte da Usiminas. A empresa informa, porém, que o funcionário foi levado ao hospital. A Usiminas diz ainda que o vazamento não ocorreu no gasômetro, mas na máquina de despoeiramento, que fica em outro local da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Explosão em tanque da Usiminas deixa 34 feridos**

Acidente em Ipatinga aconteceu dois dias depois da morte de um funcionário na unidade; ações da siderúrgica caíram 7,27% ontem

Uma explosão ocorrida ontem no gasômetro da planta da Usiminas em Ipatinga, no Vale do Aço, a 210 quilômetros de Belo Horizonte, deixou 34 pessoas feridas, segundo o Corpo de Bombeiros. A explosão aconteceu por volta das 12h45 e foi sentida em toda a região central da cidade, onde fica parte da unidade, que foi esvaziada. Janelas de prédios quebraram e houve corre-corre. O Ministério Público de Minas Gerais vai investigar o caso.

A siderúrgica decidiu paralisar, de forma emergencial e temporária, os altos-fornos da unidade. As ações Usiminas PNA terminaram o pregão na Bolsa paulistana em queda de 7,27%. Em Fato Relevante, a empresa informou que está apurando a explosão. Os feridos foram encaminhados para hospitais da cidade, segundo os bombeiros, nenhum em estado grave. À noite, alguns já haviam sido liberados. Todos prestavam serviço ou eram funcionários da empresa. “Uma pessoa sofreu ferimento na face, decorrente de um estilhaço.

As outras vítimas tiveram tonturas ou mal súbito decorrente da situação de pânico ou inalação de gás”, informou a corporação. “Um fator que favoreceu a menor gravidade da ocorrência foi o fato de a fábrica estar em horário de almoço no momento da explosão.” De acordo com os bombeiros, o tanque que explodiu continha uma mistura de gases utilizada na produção de aço, a LDG (Linz Donawitz Gas), também chamada de gás de aciaria, cujo principal componente é o monóxido de carbono.

O acidente ocorreu dois dias depois da morte de um funcionário terceirizado da Usiminas, Luis Fernando Pereira, de 38 anos, enquanto ele fazia a manutenção em um equipamento da área de aciaria. A empresa informou que está investigando as causas da morte, mas afirmou que não há relação entre o caso e a explosão. O socorro às vítimas foi prestado pelos brigadistas da siderúrgica, que resfriaram as estruturas próximas ao tanque. Segundo os bombeiros, “como a combustão do gás foi praticamente instantânea, não houve incêndio decorrente da explosão.

O que aconteceu é que, com o aquecimento dos materiais próximos ao tanque, começaram alguns pequenos focos” de incêndio. Segundo o governo do Estado

de Minas, as forças de segurança e as secretarias de Meio Ambiente e de Saúde estão monitorando a situação. A assessoria de imprensa do governo informou que a unidade tem licença de operação para siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos válida.

Susto.

A Câmara Municipal de Ipatinga emitiu nota em que informa que a explosão foi “sentida fortemente por todos que estavam no prédio”: vidros foram quebrados e parte do forro se desprendeu em algumas salas. Os servidores foram liberados. Funcionário da Usiminas, Maurício Ribeiro, de 36 anos, estava em horário de almoço quando ouviu a explosão. “Rapidamente já passou o pessoal pedindo para todo mundo sair pela portaria do Bom Retiro (bairro da cidade).

Não deu tempo de pegar nada, nem documento.” Rafael Machado, de 29 anos, funcionário de uma sorveteria próxima ao gasômetro, sentiu a explosão. “Foi um barulho muito alto, a loja tremeu.” O comerciante Fernando Viana, de 41 anos, ouviu o barulho e disse que rapidamente começaram os comentários nas redes sociais. “A gente não sabe que tipo de gás tem lá dentro, se podia vazar. Mas a gente recebeu um áudio do comandante do batalhão (dos bombeiros) falando que não tem risco.” De casa, o secretário Augusto César Maciel, de 19 anos, sentiu o cheiro que saía da usina durante a tarde. “Foi um barulho muito forte. O gás não é tóxico, mas está dando para sentir até agora. É quase como enxofre.”

COLABORARAM RENATA BATISTA, JÚLIA MARQUES E PAULA FELIX

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Idiana Tomazelli Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Aneel nega ressarcir R\$ 5 bi à Eletrobrás

A Eletrobrás não terá direito a ressarcimento de despesas que teve com as distribuidoras de energia nos últimos dois anos, avisou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em ofício enviado ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**. A estatal acredita ter direito a um ressarcimento de cerca de R\$ 5 bilhões pelo período anterior a agosto de 2018, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O governo já garantiu a compensação dos custos na gestão de distribuidoras de Norte e Nordeste para o período entre 1.º de agosto e 31 de dezembro deste ano em caso de liquidação dessas companhias, mas a Eletrobrás desejava estender o benefício de forma retroativa mesmo com a privatização das distribuidoras. O

documento deixa claro, no entanto, que a chamada “neutralidade econômica”, que garante o reembolso, só ocorrerá na hipótese de liquidação das distribuidoras e, ainda assim, apenas no período entre agosto e dezembro deste ano.

Portaria publicada pelo governo no mês passado garante neutralidade econômica para a Eletrobrás na gestão das distribuidoras entre 1.º de agosto e 31 de dezembro, caso elas não sejam privatizadas até o fim de 2018. Isso significa que, no cenário de liquidação, todos os custos das empresas terão de ser cobertos pelas tarifas pagas pelos clientes locais e por empréstimos subsidiados, bancados pelas contas de luz de consumidores de todo o País. A portaria foi publicada para garantir que os acionistas da Eletrobrás votassem a favor da prorrogação do período de designação, de forma a evitar a liquidação das empresas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Batista Vinicius Neder/ RIO

Título: CVM pede condenação de Dilma por compra de Pasadena

Área técnica da autarquia responsabilizou ainda ex-conselheiros da Petrobrás por falta de ‘dever de diligência’

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsabilizou a ex-presidente Dilma Rousseff e demais ex-conselheiros de administração da Petrobrás por causa da aquisição da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). A área técnica da CVM, o xerife do mercado financeiro, considerou o prazo dos processos penais, e não administrativos, para pedir a condenação da ex-presidente e dos demais investigados. A informação está no relatório do inquérito administrativo que apura a compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), em 2005.

Com isso, a falta de “dever de diligência” de Dilma como conselheira da companhia, que já estaria prescrita, pode ser julgada até 2021. De acordo com o relatório, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, os ex-diretores Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, que firmaram acordo de delação premiada na Operação Lava Jato, foram considerados os principais culpados pela fraude na aquisição. Eles são acusados de terem recebido vantagens indevidas e de desvio de poder.

Como o conteúdo das delações dos dois ex-diretores ajudou a desvendar a “teia de corrupção” na companhia, os técnicos da CVM afirmam que a colaboração pode ser considerada na dosimetria das penas. Dilma, os demais ex-conselheiros e parte dos ex-diretores foram responsabilizados por faltar com o “dever de

diligência”, segundo o relatório do processo, concluído em junho. O “dever de diligência” impõe aos administradores das empresas de capital aberto zelo na gestão das companhias, conforme a Lei das S.A.

A Petrobrás comprou a Refinaria de Pasadena em 2006. Os primeiros indícios de irregularidades na compra foram revelados pelo Estadão/Broadcast e, posteriormente, seriam incluídos na Operação Lava Jato. O processo da CVM foi instaurado em 2014, após as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público avançarem. Esse tipo de investigação do órgão regulador ocorre apenas na esfera administrativa, para responsabilizar os agentes do mercado financeiro, com base na Lei das S.A. Em geral, as penas incluem multas e proibição de atuação no mercado.

Na época da aquisição da refinaria, Dilma era ministra de Minas e Energia e presidente do conselho de administração da Petrobrás. Além de Dilma, foram responsabilizados por faltar com o dever de diligência os ex-conselheiros Cláudio Haddad, Gleuber Vieira e Antônio Palocci. Com resultado da conclusão do Inquérito, foi aberto o Processo Administrativo Sancionador 14/2014, em junho deste ano. A acusação está em fase de apresentação de defesas. Em seguida, será sorteado um diretor- relator e o caso será julgado. Só no julgamento, o colegiado da CVM poderá avaliar se concorda ou não com os entendimentos da área técnica quanto à prescrição e à colaboração.

O Estado não conseguiu entrevistar os acusados até o fechamento desta edição.

Cunha.

O ex-presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha e o operador financeiro Lúcio Funaro serão julgados dia 20 pela CVM. O processo apura operações irregulares com recursos do fundo de pensão dos funcionários da Cedae (Prece).

Por decisão do colegiado da autarquia, porém, as provas produzidas por Funaro em sua delação premiada não serão levadas em conta na apreciação do processo, que tramita desde 2012 na casa. A decisão de desconsiderar eventuais provas consta da ata da reunião extraordinária do colegiado de ontem. Ao apreciar pedido de Funaro para que o julgamento fosse adiado, o diretor- relator do caso, Gustavo Borba, antecipou a discussão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O desafio é eleger o consumidor

No governo Temer ocorreram avanços no setor de energia elétrica. Merecem destaque os leilões de transmissão; os de geração; a coragem de propor a venda das distribuidoras do Norte e Nordeste e a privatização da Eletrobrás; e iniciar o debate no Congresso sobre mudanças no modelo do setor. Aliás, é bom chamar a atenção que a recente privatização da Cepisa derrubou o mito ou a mentira de que a privatização leva sempre a aumento da tarifa. A venda da Cepisa assegurou uma redução de 8,5% das tarifas no Estado do Piauí.

Mas o caminho que nos levará a reduzir as tarifas, a melhorar a qualidade da energia, a ter segurança no abastecimento e riscarmos do mapa o fantasma de apagão passa por eleger o consumidor como alvo principal da política energética baseada nos 3 Ds: descarbonização, descentralização e digitalização. A gestão do setor elétrico nos últimos anos tem se caracterizado por adotar uma política e um planejamento em que toda a conta é sempre paga pelo consumidor.

Por isso, vemos na maior parte do tempo a adoção da bandeira vermelha, despacho de térmicas a óleo caras e poluentes e a constante ameaça de apagões, consequentemente, tarifas elevadas. Não dá para ter aumentos de dois dígitos nas tarifas com uma inflação de 3,5%. Só não vivemos períodos de racionamento porque o desempenho da economia brasileira tem sido muito ruim. Caso o Brasil volte a crescer algo como 1,5% teremos dificuldade na oferta de energia. Na implantação da agenda da modernidade será preciso efetuar mudanças na EPE, ONS e CCEE.

Com uma maior presença de empresas privadas, é preciso que a EPE, ONS e CCEE tenham um menor grau de participação e ingerência do governo. Hoje as três são chapas-brancas e para que isso mude, é necessário uma evolução da governança do setor elétrico. Não faz sentido empresas privadas terem uma participação faz de conta nessas três entidades. A perda da capacidade de regularização dos reservatórios das hidrelétricas, dada a entrada das novas usinas a fio d'água, e a forte expansão das fontes renováveis intermitentes, como eólica, biomassa e solar, tornarão a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) cada vez mais complexa.

O ONS terá um trabalho cada vez mais difícil em coordenar quais usinas irão despachar mantendo a segurança energética e a modicidade tarifária, para isso é essencial o crescimento de térmicas a gás natural, em particular no Nordeste. O modelo atual já não reflete as novas condições do sistema elétrico e as alterações feitas nos últimos anos tentaram apenas equacionar problemas de curto prazo, não mudando as formas de remuneração/tarifação do despacho.

A falta de flexibilidade não corresponde aos novos tempos. O resultado disso é que nos últimos anos, para evitar problemas na oferta de energia, ocorreu com uma frequência cada vez maior o despacho de usinas termelétricas a óleo

antigas, caras e poluentes, que já poderiam ter sido substituídas por gás natural. Essa demora em colocar térmicas a gás natural, em particular, no Nordeste mantém a bandeira vermelha e deixa a região dependente da Sudeste, o que significa pouca segurança energética.

Atualmente, parte significativa da geração hídrica deve ser poupada por fontes substitutas, com destaque para o gás natural, de modo a garantir a manutenção dos reservatórios e servir como uma espécie de seguro das fontes renováveis intermitentes. Novos sistemas de operação da rede, novos modelos de negócios, novas modalidades de financiamentos e novas tecnologias deverão estar presentes no desenho do novo modelo do setor elétrico.

Desta forma, o melhor de cada fonte energética poderá ser explorado adequadamente, dentro do novo paradigma tecnológico que veio com a política dos 3 Ds. O desafio é eleger o consumidor como foco dessa nova política energética a ser implantada no Brasil. É preciso um maior diálogo entre as empresas de todo segmento da indústria elétrica com o consumidor dividindo os riscos e os benefícios.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: João Henrique do Vale

Título: Explosão deixa feridos em Minas

“Tudo tremeu, algumas janelas se quebraram e ninguém parecia saber de onde vinha o barulho.” “Foi como se mandassem uma bomba. Deu para sentir a explosão. Parecia um terremoto.” “Meu bairro todo tremeu. Estava no cursinho e, quando olhei para cima, vi as paredes vibrando.” Os relatos revelam momentos de pânico enfrentados por moradores de Ipatinga (MG) com a explosão num gasômetro da usina Intendente Câmara, da Usiminas. O impacto do acidente, que fez 34 pessoas serem encaminhadas para atendimento médico, provocou um tremor no município, registrado por sismógrafos da Universidade de Brasília (UnB).

Logo depois do estrondo que sacudiu a cidade, o medo e a insegurança tomaram conta de moradores. As ruas ficaram cheias de veículos, o que resultou em longos congestionamentos. Escolas cancelaram as aulas por medidas de segurança, e alguns bairros foram evacuados. Comerciantes também fecharam as lojas. Famílias ainda contam os prejuízos causados em casas e pontos de comércio. Órgãos de segurança já iniciaram investigações

para detectar o que provocou o rompimento do tanque que armazenava uma mistura de gases usada na produção de aço.

A rotina da sexta-feira foi quebrada por volta das 12h45, quando um forte estrondo seguido de um tremor foi sentido em vários bairros próximos à Usiminas. Em seguida, uma nuvem de fumaça escura pôde ser vista na área da siderúrgica.

Muitos moradores foram para as ruas, assustados e tentando entender o que acontecia. Funcionária de uma empresa de contabilidade da cidade, Amanda Rodrigues Silva, de 31 anos, estava no horário do almoço quando houve a explosão. “A gente estava perto da portaria da Usiminas. Houve um barulho muito forte. Depois, começou uma movimentação muito grande de ambulâncias e da Polícia Militar”, contou. “Foi como se mandassem uma bomba. Deu para sentir a explosão. Parecia um terremoto.”

A disseminação de mensagens falsas ou desencontradas nas redes sociais ajudou a aumentar a incerteza sobre a natureza do produto que vazou do tanque e se a substância seria prejudicial à saúde.

Além de imóveis residenciais e de empresas, a explosão provocou danos em imóveis públicos. A estrutura do prédio da Câmara Municipal sofreu danos, como vidros quebrados e queda de partes do forro de salas.

Almoço

Trinta feridos foram levados para o Hospital Márcio Cunha, nenhum deles em estado grave. “Uma pessoa sofreu um corte na face, decorrente de um estilhaço que foi lançado na explosão. Outras tiveram tonturas ou passaram mal diante da situação de pânico ou da inalação de gás”, informou o Corpo de Bombeiros. “Todas essas vítimas prestavam serviço ou eram funcionárias da empresa. Um fator que favoreceu a menor gravidade da ocorrência foi o fato de a fábrica estar em horário de almoço no momento da explosão.” Durante a tarde, pelo menos outras quatro pessoas procuraram unidades hospitalares para atendimento. Mais tarde, a empresa informou que o total de atendidos foi de 34.

O gás que estava no tanque é chamado de LDG (Linz Donawitz Gás). Segundo o Corpo de Bombeiros, o principal componente da mistura é o monóxido de carbono.

“Foi como se mandassem uma bomba. Deu para sentir a explosão. Parecia um terremoto”

Amanda Rodrigues Silva, funcionária de uma empresa de contabilidade

Sem indícios de contaminação

O presidente da Usiminas, Sérgio Leite, procurou tranquilizar a população de Ipatinga, sustentando que o vazamento de gás não representa ameaça e informando que a siderúrgica será transparente na investigação do episódio. “Foi um acidente grave, que preocupou a todos, mas não há qualquer tipo de risco”, frisou. Ele disse que foi feito monitoramento técnico da qualidade do ar, com a participação de equipe profissional da Usiminas e da Defesa Civil.

Segundo ele, a empresa paralisou de imediato todas as atividades logo após a explosão e evacuou a área interna da indústria. Duas horas depois, foi iniciada a volta de pessoal. As atividades seguiram na área de despacho de produtos.

O executivo informou que a meta é retomar os trabalhos plenamente o mais rápido possível, mas não fixou prazo. Hoje está programada reunião com todos os diretores e gerentes para avaliar os impactos do acidente e dar início à análise técnica para identificar o que provocou a explosão.

A situação ambiental também está sendo averiguada. Uma equipe do Núcleo de Emergência Ambiental (NEA), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), foi enviada para a cidade.

A Prefeitura de Ipatinga informou que passou a monitorar as condições do ar em diversas áreas do entorno da indústria, “constatando por meio de aparelhagem técnica que não havia qualquer sinal de contaminação no ambiente dos núcleos residenciais vizinhos”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Polêmica na cobrança de ICMS

Além de acima da inflação, os aumentos nas contas de luz — em média, 15% — aplicados pelas distribuidoras de energia elétrica podem estar acima dos limites legais. Há jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a irregularidade na cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o valor das bandeiras tarifárias, que adicionam cobrança extra, conforme as condições de geração de energia. Várias ações tramitam contra a Secretaria da Fazenda de São Paulo

Caso o imposto fosse cobrado somente sobre o valor da energia, os

consumidores pagariam 15% menos na fatura de eletricidade, calcula Fernanda Nogueira, advogada tributarista sócia do escritório Machado Nogueira Advogados. Segundo ela, as bandeiras tarifárias antecipam para as concessionárias recursos destinados à cobertura de gastos futuros decorrentes de determinadas situações hidrológicas. “Esses custos não representam energia consumida e não poderiam compor a base de cálculo do ICMS”, explicou.

Segundo a especialista, a Lei Complementar 87/96 define que a incidência do ICMS se dá sobre o valor da operação. “No caso da energia elétrica, restringe-se à demanda utilizada e não à contratada”, afirmou a advogada. Na prática, o que ocorre em todos os estados brasileiros é que a incidência do tributo é em cima dos custos com energia, encargos e também com bandeiras tarifárias. Em agosto, a sinalização está vermelha no patamar 2, o que representa uma cobrança extra de R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Fernanda disse que o entendimento do STJ, diante de uma série de ações judiciais, tem sido de que “a incidência do ICMS sobre a bandeira tarifária é ilegal”. “O encargo adicional não guarda nenhuma relação com o consumo efetivo de energia, mas sim, com o custo das usinas, portanto não tem a ver com a energia que é a mercadoria”, destacou. “O ICMS exige uma transferência de titularidade da mercadoria. A bandeira é apenas um custo adicional”, argumentou.

Quem ganha com isso são os governos estaduais e distrital, que recolhem mais quando as bandeiras amarela ou vermelha são acionadas. Quem perde, claro, são os consumidores que poderiam pagar 15% menos todos os meses na fatura de energia se a aplicação do tributo fosse correta, de acordo com Fernanda. “Isso porque, além da bandeira, o ICMS incide sobre a Tust (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a Tusd (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), também de forma irregular”, ressaltou.

Por conta disso, várias ações correm na Justiça, algumas com decisões de primeira instância, que exigem a adequação da fatura de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador, afirmou que só delibera sobre custos e encargos, sem qualquer poder decisório diante de tributos. Procurado, o Ministério da Fazenda, que responde pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), disse que o ICMS é um imposto estadual. “Em função disso, o Confaz não se pronuncia sobre sua base de cálculo”, ressaltou.

De acordo com a Unidade de Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente (Cotepe), o ICMS é cobrado sobre o preço da mercadoria paga pelo consumidor. “A legislação do ICMS em relação à energia elétrica não permite que seja deduzida do preço qualquer parcela, inclusive bandeiras tarifárias ou quaisquer outros encargos”, informou, em nota.

A Secretaria da Fazenda de São Paulo alega que “não há fundamento” para que a bandeira tarifária seja excluída da base de cálculo do ICMS. “Ela compõe o preço cobrado do consumidor na conta de luz. A bandeira tarifária é entendida como um repasse dos custos variáveis da geração de energia elétrica para todos os consumidores. Por essa razão, o valor da bandeira tarifária compõe o valor final da operação de fornecimento e incide cobrança de ICMS”, justificou, também em nota.

- **Acórdãos**

Juizes do Tribunal de Justiça de São Paulo deram provimento aos recursos de empresas contra a Secretaria de Fazenda estadual em acórdãos do ano passado. Em decisão de junho, o juiz Rubens Rihl afirmou: “O adicional de bandeira tarifária foi instituído com a finalidade de induzir a classe consumidora a adotar o uso consciente da energia, e a sua cobrança não está diretamente ligada com a quantidade de energia adquirida por cada consumidor”. Para o juiz Leonel Costa, em decisão de agosto: “No tocante à probabilidade do direito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a Tust e TUSD não fazem parte da base de cálculo do ICMS”.

MME / ASCOM .